

Memória da Reunião Conjunta das Comissões Temáticas de Saúde: Assistência e Acesso ao SUS & Saúde Mental Orçamento
Data: 30/08/2023
Coordenadores da Comissões: Joarez Camargo – Assistência e Acesso ao SUS & Saúde Mental Livaldo Bento – Orçamento
Relator da Comissão: Mario Martins Junior – Orçamento Fabio Stahlschmidt – Assistência e Acesso ao SUS & Saúde Mental
Presentes na Reunião da Comissão: Adriano Marcio Rissati Antonio Vieira Martins Clarice Siqueira Cid Cordeiro Silva Eder Novaski Biscouto Eliel Joaquim dos Santos Elves Vieira Rocha Fábio Stahlschmidt Fernando Cesar Iwamoto Marcucci Giuvana Silva do Nascimento Heracles A Arraes Jaime Jose Reinehr Jaqueline Stelle João Maria Oliveira Lima Joarez Camargo Livaldo Bento Luana Alves Tannous Luiz Armando Erthal Luciana M F Biscouto Maiana dos Reis Marcos AP Souza Mari Elaine Rodella Maria Elvira de Araújo Mario Martins Júnior Mauricio Duarte Barcos Miriam C M G Pereira Olga de Castro Deus Palmira Aparecida Soares Rangel Rafael Deslandes Nascimento Rangel da Silva Rodrigo Alves

Sandra Busnello
Santo Batista de Aquino
Sidneya Marques
Silmara Ribas
Suelen Leticia Gonçalo
Sueli Coutinho
Suzete Fernandes Santos
Thais Trybus
Vania Venzel
Vinícius Filipak
Vivian Feijo

Justificativas de ausências da Comissão:

Cibelle Oliveira
Osmar Batista

Pautas da Comissão Assistência e Acesso ao SUS & Saúde Mental:

- Informes Gerais;
- Apresentação pelo FUNSAÚDE do acordo firmado pelo Ministério Público e o Governo do Estado sobre a recomposição dos gastos com despesas consideradas de caráter não universal;
- Apresentação pela SESA de deliberação da Comissão Bipartite aprovada na reunião de junho 2023, que define aporte financeiro a hospitais privados e filantrópicos;
- Apresentação do Instituto do Rim de Umuarama;
- Apresentação sobre o Opera Paraná, resultado obtido no período, quantas cirurgias feitas, quais as especialidades atendidas e qual a expectativa de novas empresas aderirem ao Programa? Pois o valor é atrativo?;
- Despacho nº 007/2023: Trata-se do Ofício nº 048/2023/CMS, do Conselho Municipal de Saúde de Cascavel, que trata de demanda reprimida para a realização do exame de ressonância magnética em Cascavel, para discussão nesta Comissão.

Pautas da Comissão Orçamento:

- Informes Gerais;
- Apresentação pelo FUNSAÚDE do acordo firmado pelo Ministério Público e o Governo do Estado sobre a recomposição dos gastos com despesas consideradas de caráter não universal;
- Apresentação pela SESA de deliberação da Comissão Bipartite aprovada na reunião de junho 2023, que define aporte financeiro a hospitais privados e filantrópicos;
- Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2024;
- Previsão da receita e execução orçamentária da despesa (pauta permanente).

Relato da Reunião:

Dando início aos trabalhos o coordenador da comissão de orçamento Sr. Livaldo Bento cumprimentou as pessoas presentes e informou que a reunião seria conjunta com a comissão de Assistência e Acesso ao SUS & Saúde Mental, apresentou as pautas do dia e transferiu a palavra ao coordenador da comissão de Assistência e Acesso ao SUS

& Saúde Mental Sr. Joarez Camargo, onde o mesmo cumprimentou na todas as pessoas presentes e devolveu a palavra para o Sr. Livaldo. Na sequência informou da solicitação de antecipação de pauta feita pelo Sr. Rafael Deslandes da SEFA que apresentou o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024. - Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2024; O Sr. Rafael, inicialmente fez uma abordagem da legislação pertinente ao tema e das premissas econômicas de 2023 e 2024. Na sequência fez um comparativo entre a variação das receitas da LOA 2023 para a PLOA 2024. A receita prevista de 2023 ficou em 56,6 bilhões e para 2024 65,9 bilhões. Demonstrou também um comparativo entre a receita líquida de impostos e do orçamento previsto para a saúde na LOA 2023 e na PLOA 2024, sendo uma receita líquida de 40,8 bilhões e um orçamento para a saúde de 4,9 bilhões em 2023 e uma receita líquida de 47,1 bilhões e um orçamento para a saúde de 5,6 bilhões para 2024. Por fim, apresentou um demonstrativo das renúncias fiscais concedidas pelo Estado. Terminada a apresentação, abriu aos questionamentos dos presentes. O conselheiro Eliel, fez um comentário sobre a previsão da queda da SELIC para 2024 e perguntou sobre a previsão de queda do PIB no Paraná para 2024. O Sr. Rafael explicou que o PIB de 2023 foi impactado positivamente pela super safra no Estado e que para 2024 isto talvez não se repita. O conselheiro Fernando, perguntou qual a previsão de utilização dos recursos da reserva de contingência e se o reajuste aplicado em 2023 nos salários dos servidores estavam previsto na LOA. O Sr. Rafael explicou que a reserva do pode ser feita sem uma previsão de uso e que o reajuste aplicado neste ano nos salários estava previsto na LOA de 2023. A conselheira Mari Elaine Rodella, pediu para que ficasse registrado que teve uma reunião extraordinária que tratou da PLOA 2024 e que foi encaminhado um ofício para a SESA com questionamentos. Fez um breve comentário sobre o RPPS e perguntou se estão previstos outros reenquadramentos. Perguntou também como será tratada a questão do piso da enfermagem. Comentou sobre a recomposição dos gastos universais e disse que as renúncias fiscais retiram recursos da saúde e pediu maior detalhamento destas renúncias. O Sr. Cid Cordeiro comentou que a renúncia fiscal está sendo dada em setores que não tem competitividade, citou o agronegócio. Disse também que tem que ter critério para a renúncia fiscal. Comentou que o crescimento da receita que foi apresentado é ilusório e que houve subestimação da receita no passado. Em resposta o Sr. Rafael disse que não tem previsão de reestruturação nas carreiras em 2024 pois já foi feita neste ano e que já tem a previsão e a estimativa dos impactos do piso da enfermagem. Explicou também que tiveram dificuldades na previsão das receitas no passado em função do cenário de instabilidade e que o atual comportamento do consumo está sendo melhor do que o previsto e que hoje o cenário está mais estável. Findado os questionamentos, iniciou-se a apresentação do próximo item da pauta: -Apresentação pelo FUNSAÚDE do acordo firmado pelo Ministério Público e o Governo do Estado sobre a recomposição dos gastos com despesas consideradas de caráter não universal, que foi feito pelo Sr. Adriano Marcio Rissati, Diretor do FUNSAÚDE. O Sr. Adriano explicou sobre o acordo celebrado entre o Ministério Público e o Estado do Paraná que prevê a recomposição ao Funsauúde dos recursos utilizados em ações e serviços públicos em saúde não universais (HPM, SAS e Leite das Crianças). O valor a ser recomposto é de 5 bilhões de reais em 15 anos, sendo 2 parcelas anuais, que totalizam em torno de 333 milhões de reais por ano, sendo a primeira parcela obrigatoriamente em 30 de junho e a outra

em 31 de dezembro de cada ano sucessivamente, até findar o acordo. Este valor será corrigido pelo IPCA. Disse que será criado um painel para dar visibilidade e transparência a esta execução orçamentária. Informou que faz parte do acordo o incremento anual de no mínimo 15 milhões em saúde mental e 15 milhões em atenção primária e o restante ficará a critério da administração. Este recurso não poderá ser utilizado em folha de pagamento, aluguéis e manutenção de imóveis. Informou que em 2023 parte do acordo já foi cumprido, no que refere-se ao repasse financeiro pela SEFA, 166 milhões já teve seu repasse financeiro efetuado. Estes valores serão repassados em conta específica e fonte específica para facilitar o controle da execução dos recursos. Disse também que os termos do acordo serão disponibilizados para a mesa diretora deste conselho. Terminada a apresentação, abriu aos questionamentos dos conselheiros. A conselheira Vivian Feijó parabenizou a apresentação e sugeriu uma construção da LOA mais próxima da realidade da SESA, que pudéssemos ter uma maior participação na elaboração. O conselheiro Eliel considerou baixo o valor de 15 milhões para saúde mental. O Sr. Adriano explicou que este é um valor mínimo que já está garantido, podendo ser ainda maior. A conselheira Mari Elaine disse que foi importante esta apresentação. Disse também ser importante a disponibilização da cópia do acordo e a transparência total da sua disponibilização financeira. Solicitou a memória de cálculo dos valores do acordo. Perguntou qual a previsão da distribuição dos recursos para as demais áreas, além das áreas já acordadas. Disse ser importante ter este detalhamento. O Sr. Adriano respondeu dizendo que na saúde sempre tem que estar melhorando. Explicou que a distribuição do teto orçamentário recebido ainda não foi finalizado em função da elaboração do PPA junto com a PLOA, em função da implantação do novo sistema pela SEFA, da reestruturação da SESA e que poderá ser feita uma outra apresentação mais completa quando o teto estiver completo. O conselheiro Rangel sugeriu uma reunião extraordinária virtual no dia 06/09 para a apresentação da PLOA finalizada e que esta convocação deve ser votada no pleno de amanhã. O conselheiro Juarez disse que em sua região não tem conhecimento sobre este acordo firmado. Tem que se ater ao conteúdo deste acordo, para ser repassado e deliberado. O conselheiro Antonio disse que tem que discutir com o município os termos deste acordo e como deve ser utilizado estes recursos a mais no município. O conselheiro Luiz Armando perguntou quais os prazos para a utilização dos recursos do acordo. Disse que este é um recurso para além do orçamento, um acréscimo e que requer planejamento paralelo para ter uma ideia da utilização do recurso. O Sr. Adriano explicou que o recurso é cumulativo e não tem prazo para ser utilizado, que haverá um plano de ação para a utilização dos recursos e será disponibilizado um painel para monitoramento da sua execução. O conselheiro Abreu disse ser oportuno a apresentação deste acordo na próxima reunião da CIB, estando todos de acordo. Após apresentação deste item o Sr. Livaldo passou a condução para o Sr. Joarez Carmago. O Sr. Joarez deu início dizendo que o assunto de pauta: -Apresentação do Instituto do Rim de Umuarama, não compareceu ninguém para apresentar, e que era a terceira vez que isso ocorria. Sugeriu tirar de pauta e pediu ao Presidente do CES Sr. Rangel que não mais colocasse em pauta. O Sr. Joarez convidou o Dr. Vinícius Filipak para apresentar o próximo ponto de pauta: - Apresentação pela SESA de deliberação da Comissão Bipartite aprovada na reunião de junho 2023, que define aporte financeiro a hospitais privados e filantrópicos; O Dr. Vinicius fez uma explanação sobre a atual

conjuntura do sistema de saúde num todo, demonstrando que os recursos pagos pelo SUS aos prestadores de serviços estão aquém do que deveria ser. Pois por muitos anos as tabelas não foram reajustadas, a inflação saúde é muito maior do que os índices de outros setores e que a Pandemia do COVID-19 agravou a situação financeira das instituições em geral, trazendo um desequilíbrio-econômico financeiro para as instituições prestadoras de serviços de saúde. Sendo assim, o Estado cumprindo a legislação e seu papel social, realizou um projeto que trará um aporte financeiro para os prestadores de serviços, no qual foi apresentado e aprovado por unanimidade na reunião da CIB – Comissão Intergestores Bipartite do mês de junho de 2023. Sendo esses: Resolução SESA Nº 903/2023 - Opera Paraná 2.0; Resolução SESA Nº 904 - Programa HOSP Mais; e Resolução SESA Nº 905 - EQH-EU; Resolução SESA Nº 907 - Opera Paraná 03ª Fase. O Dr. Vinicius disse ainda que as resoluções trarão responsabilidade para os prestadores de serviços no que se diz respeito a avaliações, prestação de contas etc... O Sr. Joarez abriu a palavra para o momento de discussão sobre o assunto. A Conselheira Mari Elaine Rodella, fez suas considerações em relação ao ponto de pauta, dizendo que mediante ao destinado a outras atenções, citando atenção primária, os recursos destinados aos prestadores de serviços são muitos elevados. Disse ainda, que acredita ter tido uma convivência entre a Gestão e os Prestadores em relação a criação desses projetos. A Conselheira citou ainda alguns exemplos, na visão dela como prestação de serviços ruins, como o da Santa Casa de Cambé, Santa Casa de Londrina e Hospital Evangélico de Londrina, neste último caso, acompanhando o pai na utilização do serviço do Hospital como paciente de categoria de convênio, mas resolveu dar uma volta no hospital para ver a Ala SUS. O Dr. Vinicius teve a palavra, não concordando com as ofensas e acusações caluniosas da Conselheira Mari Elaine. A Conselheira Rosita, representante suplente da Femipa, explanou sua indignação sobre as palavras e declarações da Conselheira Mari Elaine, Rosita disse que as instituições filantrópicas são instituições sérias, que mesmo com as dificuldades, nunca agem de má fé com os serviços prestados. O Conselheiro Luiz Armando Erthal do Ministério da Saúde também se manifestou. A Conselheira Vivian Feijó do HU/Uel fez uma longa explanação sobre a importância de todas as instituições na rede de serviços de saúde, dizendo que cada uma tem seu papel fundamental na prestação de serviços para a população. O Conselheiro Eliel, representando dos usuários pediu a palavra, dizendo que respeita muito a conselheira Mari Elaine, mas que neste momento ela foi infeliz nos apontamentos. A Conselheira Mari Elaine, disse que não queria individualizar, mas que a opinião dela se mantinha. Se manifestou ainda, dizendo que a prestação de serviços de saúde deve ser somente público, sem a participação do privado. O Sr. Rangel da Silva Presidente do CES e da FEHOSPAR, disse que os prestadores de serviços realizam os serviços da melhor forma possível, que são avaliados mensalmente pela Comissão do POA, HOSPSUS. Disse ainda, que de R\$ 100,00 de gastos com os pacientes SUS, o SUS somente reembolsa em média R\$ 55,00, sendo a diferença subsidiada pelos demais serviços. Concluiu dizendo que a pandemia trouxe um prejuízo incalculável para as instituições, que a maioria estão endividadas, prestes a fecharem e trazer um caos social para a população. Com a ciência e aceite da maioria absoluta dos membros das comissões sobre o assunto, o Dr. Vinicius Filipak continuou com a apresentação do seguinte ponto de pauta: - Apresentação sobre o Opera Paraná, resultado obtido no período, quantas cirurgias

feitas, quais as especialidades atendidas e qual a expectativa de novas empresas aderirem ao Programa. O Assunto: - Despacho nº 007/2023: Trata-se do Ofício nº 048/2023/CMS, do Conselho Municipal de Saúde de Cascavel, que trata de demanda reprimida para a realização do exame de ressonância magnética em Cascavel, para discussão nesta Comissão, ficou para a próxima reunião da comissão.

Solicitação de pautas para a próxima Reunião:

- Despacho nº 007/2023: Trata-se do Ofício nº 048/2023/CMS, do Conselho Municipal de Saúde de Cascavel, que trata de demanda reprimida para a realização do exame de ressonância magnética em Cascavel, para discussão nesta Comissão, ficou para a próxima reunião da comissão.

ENCAMINHAMENTOS PARA A SECRETARIA EXECUTIVA:

Nenhum encaminhamento.

PARECER DAS COMISSÕES:

Os membros das comissões de Orçamento, Assistência e Acesso ao SUS & Saúde Mental tomaram ciência e em consenso aceitaram todos os assuntos apresentados.

ENCAMINHAMENTOS PARA O PLENO:

Convocação de reunião extraordinária virtual para o dia 06/09 para apresentação da PLOA finalizada.

Assinatura do Coordenador da Comissão de Orçamento	Assinatura do Relator
---	-----------------------

Assinatura do Coordenador da Comissão de Assistência e Acesso ao SUS & Saúde Mental	Assinatura do Relator
---	-----------------------